

NOME	DIAGNÓSTICO - LICENCIAMENTO AMBIENTAL
UNIDADE	Sebrae/ES - UAIS
RESPONSÁVEL	Vanessa Gusmão Silva
1. TEMA	Sustentabilidade
2. SUBTEMA	Licenciamento Ambiental - Gestão da Sustentabilidade
3. CATEGORIA DE SERVIÇO	"Acesso a Serviços de Terceiros"
4. TIPO DE SERVIÇO / INSTRUMENTO	"Acesso a Serviço Tecnológico" / Consultoria Tecnológica
5. MODALIDADE	Ambos
6. PÚBLICO ALVO	MEI, ME, EPP, Produtor Rural, Artesão
7. SETOR INDICADO	AGRONEGÓCIOS, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS
8. MACROSEGMENTO	
09. DESCRIÇÃO	<p>OBJETIVO:</p> <p>Avaliar a situação da empresa frente às exigências da legislação para fins de licenciamento ambiental e elaborar Plano de Ação visando sua adequação, incluindo indicação de soluções Sebraetec a serem contratadas para esta finalidade.</p> <p>ETAPAS DO ATENDIMENTO (Detalhamento em anexo):</p> <ol style="list-style-type: none"> LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES ABAIXO <ol style="list-style-type: none"> ÁREA DO EMPREENDIMENTO (m²) DISTÂNCIA (m) CONSUMO ASPECTOS AMBIENTAIS DOCUMENTAÇÃO PARA LICENCIAMENTO EXISTÊNCIA DE CADASTROS INDICAÇÃO DE DEMANDAS PARA ADEQUAÇÃO DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE A SER LICENCIADA ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE INDICAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO IDENTIFICAÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA EMPRESA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL COM PLANO DE AÇÃO <p>ENTREGAS:</p> <p>Relatório Final em vias física e digital, com Diagnóstico, contendo todas as informações acima, além de registro fotográfico, Plano de Ação visando adequação à Legislação Ambiental Vigente e ART.</p>
10. ARGUMENTO DE VENDA	<p>RESULTADOS ESPERADOS:</p> <p>Identificação das necessidades da empresa para fins de adequação à legislação ambiental vigente.</p>
11. ESTRUTURA E MATERIAIS NECESSÁRIOS	
12. PREÇO MÁXIMO	Conforme Tabela de Preços Sebraetec
13. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DEMANDANTE	<ol style="list-style-type: none"> Participar da reunião de alinhamento do trabalho e demais reuniões previamente marcadas conforme cronograma; Acompanhar o prestador de serviços ou disponibilizar 1 (um) funcionário para acompanhar o consultor quando em visita aos espaços físicos da propriedade/empresa; Fornecer as informações estratégicas e técnicas necessárias ao prestador de serviço para o desenvolvimento do trabalho; Aprovar o Documento Final;

	5. Responder a pesquisa realizada pelo Sebrae; 6. Reportar ao Sebrae qualquer problema encontrado durante o atendimento.
14. RESPONSABILIDADE DA PRESTADORA DE SERVIÇOS	Conforme contrato de prestação de serviços.
15. PERFIL DESEJADO DA PRESTADORA DE SERVIÇO	Profissional da área ambiental legalmente habilitados nos seus respectivos Conselhos de Classe.
16. PRÉ DIAGNÓSTICO	
17. OBSERVAÇÕES	O pagamento da ART é de responsabilidade da empresa prestadora do serviço.

Anexo

1. LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES ABAIXO			
1.1 ÁREA DO EMPREENDIMENTO (m²)			
Área Total			
Área Construída			
Área Útil			
1.2 DISTÂNCIA (m)			
Recursos Hídricos			
Unidade de Conservação (UC)			
Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação (ZA)			
1.3 CONSUMO			
Água (m³/dia)			
Energia (kWh/mês)			
1.4 ASPECTOS AMBIENTAIS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
Emissão de Particulados			
Equipamento de Controle			
Emissão de Ruído			
Equipamento de Controle			
Emissões Atmosféricas			
Equipamento de Controle			
Efluente Sanitário			
Rede Coletora			
Fossa/Filtro/Sumidouro			
Lançamento em Corpo Hídrico			
Efluente Industrial			
Equipamento de Controle			
	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
Resíduos Classe I			
Destinação Ambientalmente Correta			
Resíduos Classe II A			
Destinação Ambientalmente Correta			
Resíduos Classe II B			
Destinação Ambientalmente Correta			
1.5 DOCUMENTAÇÃO PARA LICENCIAMENTO			
Escritura do Imóvel			
Contrato de Locação			
Contrato Social com Última Alteração Contratual			
Documento de Identidade do Representante Legal			
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica			
Certidão Dispensa/Portaria de Outorga em caso de intervenção em Recursos Hídricos			
Anuência do IDAF em caso de supressão de vegetação			
Anuência da Prefeitura pela localização do empreendimento			
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (CND)			
Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM)			
Alvará do Corpo de Bombeiros válido			
ART do Responsável Técnico pelo Processo de Licenciamento Ambiental			
Plano de Controle Ambiental (PCA)			
Projeto Arquitetônico			
Projeto Hidrossanitário			
Projeto de Caixa Separadora de Água e Óleo (SAO)			
Projeto de Incêndio e Pânico			
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)			

Cadastro Ambiental Rural (CAR)								
Taxa de Protocolo de Anuência Municipal								
Taxa de Certidão Negativa de Débitos Ambientais								
Taxa de Licenciamento								
Taxa de Abertura de Processo								
Taxa Publicação Requerimento de Licença Diário Oficial do Espírito Santo (DIOES)								
Taxa Publicação Requerimento de Licença Jornal de Grande Circulação								
Taxa Publicação Obtenção de Licença no Diário Oficial do Espírito Santo (DIOES)								
Taxa Publicação Obtenção de Licença em Jornal de Grande Circulação								
1.6 EXISTÊNCIA DE								
Poço Subterrâneo								
1.7 CADASTROS								
Cadastro IDAF								
Cadastro IBAMA								
Cadastro AGERH								
1. INDICAÇÃO DE DEMANDAS PARA ADEQUAÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA					
Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental								
Licenciamento Ambiental enquadrado na Classe Simplificada								
Renovação de Licença Ambiental								
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)								
Requerimento de Outorga de Uso de Recursos Hídricos								
Auditoria Ambiental para certificação ambiental – ISO 14001								
Licenciamento Ambiental enquadrado na Classe I								
Licenciamento Ambiental enquadrado na Classe II								
Plano de Controle Ambiental (PCA)								
Projeto de Fossa/Filtro								
Projeto de Biodigestores								
Licenciamento Ambiental enquadrado na Classe III								
Licenciamento enquadrado Ambiental na Classe IV								
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)								
2. DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE A SER LICENCIADA								
3.1 IEMA								
• Declaração de Dispensa de Licenciamento – IN Iema Nº 013-N /2016 ou a que vier a substitui-la.								
• Procedimento Simplificado – IN Iema Nº 012-N /2016 ou a que vier a substitui-la.								
• Procedimento Ordinário – IN Iema Nº. 014-N /2016 ou a que vier a substitui-la.								
3.2 IDAF								
• Para atividades agropecuárias - IN Idaf nº 011 /2017 ou a que vier a substitui-la.								
• Para dispensa de licenciamento – IN's Idaf nº 011 e 012 /2017 ou a que vierem a substitui-las.								
• Para Licenciamento de Barragens - IN Idaf nº 020 /2017 ou a que vier a substitui-la								
3.3 ATIVIDADE DE ALTO IMPACTO								
Instruções Normativas emitidas pelos Órgãos Municipais de Meio Ambiente em vigor.								
3. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE								
ATIVIDADE	PARÂMETRO DE ENQUADRAMENTO	PORTE				POTENCIAL POLUIDOR		
		MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	BAIXO	MÉDIO	ALTO

4. INDICAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO			
IEMA	IDAF	AGERH	ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL
5. IDENTIFICAÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA EMPRESA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO			VALORES (R\$)
Taxa de Protocolo de Anuência Municipal			
Taxa de Certidão Negativa de Débitos Ambientais			
Taxa de Licenciamento			
Taxa de Abertura de Processo			
Taxa Publicação Requerimento de Licença no Diário Oficial do Espírito Santo (DIOES)			
Taxa Publicação Requerimento de Licença Jornal de Grande Circulação na Área de Abrangência			
Taxa Publicação Obtenção de Licença no Diário Oficial do Espírito Santo (DIOES)			
Taxa Publicação Obtenção de Licença em Jornal de Grande Circulação na Área de Abrangência			
6. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL COM PLANO DE AÇÃO			
Elaborar Plano de Ação contendo cronograma de realização das ações necessárias para fins de obtenção de licença de todas as atividades do empreendimento.			